PESQUISA ORIGINAL IDENTIFICADO

A ORGANIZACIONALIZAÇÃO DA RELIGIÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE FORMALIZAÇÃO JURÍDICA ENTRE TRADIÇÕES RELIGIOSAS

THE ORGANIZATIONALIZATION OF RELIGION IN BRAZIL: LEGAL FORMALIZATION TRAJECTORIES ACROSS RELIGIOUS TRADITIONS

Elizeu Bandeira de Lima[1]
1. Universidade Federal Fluminense (UFF/CEDERJ); Universidade de São Paulo (USP/ESALQ). E-mail: elizeunissi@hotmail.com

Eixo Temático: 5 - Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RESUMO
A expansão religiosa brasileira envolve não apenas mudança de pertencimento populacional, mas também transformação da estrutura jurídica das organizações religiosas. Este estudo descreve trajetórias históricas de formalização por tradição a partir de base nacional de organizações e associações religiosas inscritas no CNPJ. Foram analisadas aberturas por década e vertente, distinguindo católicas, evangélicas, afro-brasileiras e espíritas. A década de 2010 registrou 98.242 aberturas no conjunto da base, contra 18.161 nos anos 2000. Entre evangélicas, as aberturas passaram de 3.589 nos anos 1970 para 82.921 nos anos 2010; entre católicas, variaram de 3.600 nos anos 1970 a 3.145 nos anos 2010. Organizações afro-brasileiras passaram de 218 registros nos anos 2000 para 2.875 nos anos 2010, e espíritas, de 209 para 1.667. Os dados de 2020-2022 são parciais e não devem ser comparados como década completa. Os resultados indicam trajetórias denominacionais muito distintas de formalização jurídica, mas abertura de CNPJ não equivale à fundação da comunidade religiosa nem mede diretamente crescimento de adeptos. A principal contribuição é separar mudança religiosa populacional de organizacionalização jurídica, oferecendo base para estudos sobre institucionalização e diversidade.

Palavras-chave: Organizações religiosas. CNPJ. Formalização jurídica. Institucionalização. Diversidade religiosa.

ABSTRACT
Brazilian religious expansion involves not only a change in population affiliation, but also a transformation in the legal structure of religious organizations. This study describes historical trajectories of formalization by tradition based on a national database of religious organizations and associations registered with the CNPJ. Registrations were analyzed by decade and strand, distinguishing Catholic, Evangelical, Afro-Brazilian and Spiritist organizations. The 2010s recorded 98,242 registrations across the database, against 18,161 in the 2000s. Among Evangelicals, registrations rose from 3,589 in the 1970s to 82,921 in the 2010s; among Catholics, they ranged from 3,600 in the 1970s to 3,145 in the 2010s. Afro-Brazilian organizations went from 218 registrations in the 2000s to 2,875 in the 2010s, and Spiritist ones from 209 to 1,667. Data for 2020-2022 are partial and should not be compared as a complete decade. The results indicate very distinct denominational trajectories of legal formalization, but the opening of a CNPJ is not equivalent to the founding of the religious community nor does it directly measure the growth of adherents. The main contribution is to separate population religious change from legal organizationalization, providing a basis for studies on institutionalization and diversity.

Keywords: Religious organizations. CNPJ. Legal formalization. Institutionalization. Religious diversity.

INTRODUÇÃO

A transformação religiosa brasileira costuma ser analisada a partir da mudança na proporção de católicos, evangélicos, pessoas sem religião e outras tradições.[1] Entretanto, a

composição da população e a estrutura organizacional do campo religioso são fenômenos distintos. Uma tradição pode ampliar sua presença populacional sem que o número de pessoas jurídicas cresça na mesma proporção, assim como uma comunidade pode existir por décadas antes de registrar CNPJ.

Bases administrativas recentes permitem observar outra dimensão desse processo: a formalização jurídica de organizações religiosas.[2,3,4] Essa perspectiva desloca o foco do indivíduo para a organização e permite perguntar quando diferentes tradições passaram a aparecer com maior intensidade nos registros formais brasileiros.

A questão de pesquisa é: como diferem os ritmos históricos de formalização jurídica das principais tradições religiosas brasileiras? O objetivo é comparar as trajetórias de abertura cadastral por década, identificando padrões de aceleração, estabilidade e formalização tardia.

MÉTODO

Trata-se de pesquisa quantitativa, documental, descritiva e exploratória. A fonte principal é a base nacional georreferenciada e classificada de organizações e associações religiosas, versão 7, que reúne registros administrativos de CNPJ e classificação por vertente religiosa.[2]

Foram consolidadas as aberturas cadastrais por década para quatro grandes grupos: católicas, evangélicas, afro-brasileiras e espíritas. O recorte apresentado inicia nos anos 1960, período a partir do qual a série consolidada disponível permite comparação mais estável. Para 2020, consideram-se apenas 2020-2022; esse intervalo é explicitamente tratado como período parcial.

A variável 'abertura' corresponde à data cadastral da pessoa jurídica. Ela não é interpretada como data de nascimento da congregação, terreiro, centro ou comunidade religiosa. Da mesma forma, diferenças entre vertentes não são atribuídas causalmente a crescimento demográfico, legislação ou políticas de reconhecimento sem desenho específico para testar tais mecanismos.

A análise utiliza dados administrativos de pessoas jurídicas e resultados agregados, sem identificação ou intervenção com seres humanos. Não houve tratamento de dados pessoais individualizados.

RESULTADOS

A série revela mudança acentuada na escala de formalização. O total de aberturas passou de 8.209 nos anos 1970 para 18.161 nos anos 2000 e 98.242 nos anos 2010. O salto da última década completa é fortemente associado às organizações evangélicas, que registraram 82.921 aberturas nos anos 2010.

Tabela 1 - Aberturas cadastrais por período e vertente

Período	Total	Católicas	Evangélicas	Afro-bras.	Espíritas
1960s	490	239	157	4	36
1970s	8.209	3.600	3.589	40	277
1980s	9.354	2.062	6.044	32	201
1990s	13.595	2.268	9.795	51	198
2000s	18.161	2.631	13.747	218	209
2010s	98.242	3.145	82.921	2.875	1.667
2020-2022*	14.340	344	12.233	595	183

**2020-2022 é período parcial. Fonte: elaboração própria a partir da base administrativa.*

As trajetórias diferem substancialmente. Entre católicas, os registros alcançaram 3.600 nos anos 1970, 2.062 nos anos 1980, 2.268 nos anos 1990, 2.631 nos anos 2000 e 3.145 nos anos 2010. O padrão sugere relativa estabilidade de escala cadastral nas últimas décadas completas, sem reproduzir a aceleração observada entre evangélicas.

Nas organizações evangélicas, o crescimento cadastral é muito mais pronunciado: 3.589 aberturas nos anos 1970, 6.044 nos anos 1980, 9.795 nos anos 1990, 13.747 nos anos 2000 e 82.921 nos anos 2010. A magnitude do salto indica reorganização importante do universo formal, mas não permite concluir, isoladamente, que tenham surgido 82.921 novas comunidades religiosas, pois a formalização pode ocorrer posteriormente à origem social da organização.[3,4]

A leitura em participação relativa reforça o contraste. A fatia evangélica das aberturas registradas em cada período passou de 43,7% nos anos 1970 para 64,6% nos anos 1980, 72,0% nos anos 1990, 75,7% nos anos 2000 e 84,4% nos anos 2010, mantendo-se em 85,3% no intervalo parcial de 2020-2022. No mesmo percurso, a participação católica recuou de 43,9% para 22,0%, 16,7%, 14,5% e 3,2%, chegando a 2,4% em 2020-2022. Como o denominador é o total de aberturas de cada período, essas proporções descrevem a composição do fluxo cadastral, e não o estoque de organizações ativas nem a distribuição da população por religião.

DISCUSSÃO

Afro-brasileiras e espíritas apresentam outro padrão. As primeiras passaram de 51 registros nos anos 1990 para 218 nos anos 2000 e 2.875 nos anos 2010; as espíritas passaram de 198 para 209 e, depois, 1.667. A aceleração cadastral tardia é compatível com a hipótese de transformação nos incentivos, reconhecimento e práticas de formalização, mas essa interpretação permanece hipótese para investigação futura.[5,6]

Os 14.340 registros de 2020-2022 não devem ser comparados diretamente com décadas completas. Ainda assim, a composição do período parcial — 12.233 evangélicas, 595 afro-brasileiras, 344 católicas e 183 espíritas — mostra continuidade da presença das mesmas categorias no processo recente de formalização.

O resultado reforça uma distinção metodológica fundamental: o Censo mede pertencimento religioso da população, enquanto o CNPJ mede pessoas jurídicas formalizadas.[1,2] A combinação das fontes pode enriquecer a análise do campo religioso, desde que não se transforme razão entre CNPJ e adeptos em medida automática de 'grau de organização'. Diferentes tradições possuem arquiteturas institucionais, tamanhos de comunidade e propensões à formalização juridicamente distintas.

CONCLUSÃO

A formalização jurídica das organizações religiosas brasileiras não seguiu trajetória uniforme. A década de 2010 concentrou forte aceleração cadastral, sobretudo entre organizações evangélicas, enquanto católicas apresentaram escala relativamente estável e afro-brasileiras e espíritas exibiram crescimento formal mais tardio.

A contribuição do estudo é tratar a 'organizacionalização' como dimensão própria da transformação religiosa: não apenas quantas pessoas declaram determinada religião, mas como comunidades religiosas passam a assumir forma jurídica registrável. Como limitações, a data de abertura do CNPJ não corresponde necessariamente à fundação social da organização, a classificação denominacional pode conter imperfeições e o período 2020-2022 é incompleto. Pesquisas futuras devem modelar coortes, localização e situação cadastral e investigar os mecanismos jurídicos e institucionais associados às mudanças de formalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: religiões: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE; 2025.
2. Observatório da Religião e Interseccionalidades. Georreferenciamento e classificação de organizações e associações religiosas no Brasil. Versão 7. Zenodo; 2025.
3. Komatsu BK. Religious organizations in Brazil: organizational diversity and institutional dynamics. 2019.
4. Corbi R, Sanches F. Church competition and religious entrepreneurship: evidence from Brazil. 2025.
5. Montero P. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. Novos Estud CEBRAP. 2006;(74):47-65.
6. Prandi R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. Estud Av. 2004;18(52):223-238.